

# ***A requalificação ambiental dos igarapés de Manaus (2005-2008): um contínuum das políticas de urbanização do século XIX?***<sup>1</sup>

*Waldemir Rodrigues Costa Júnior*<sup>2</sup>  
*Amélia Regina Batista Nogueira*<sup>3</sup>

## *Resumo*

O objetivo do presente artigo é discutir como as políticas de urbanização dos igarapés de Manaus vêm se processando como “herança” dos modelos econômicos e das administrações públicas que têm se sucedido desde o século XIX, apontando como essas transformações remodelam a relação homem-ambiente. O recorte temporal de análise compreende o período que vai de 1892 a 2008 cujas transformações têm sido engendradas nas microbacias hidrográficas urbanas de Manaus pelas intervenções das “políticas de embelezamento” do poder público municipal ou estadual. Neste sentido, analisa-se de forma crítica as continuidades destas intervenções na paisagem de Manaus, bem como as descontinuidades na construção das espacialidades, levando-se em consideração os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais. As intervenções urbanas realizadas nos igarapés de Manaus vêm se processando desde a administração do Presidente da Província do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), e têm sido pautadas na remoção de inúmeras famílias das proximidades dos igarapés que entrecortam o centro histórico de Manaus, bem como na canalização, aterro e compactação nas margens e ou na totalidade destes cursos d’água. A preocupação maior do poder público tem sido a efetivação de projetos de urbanização direcionados para a construção de uma Manaus esteticamente “bonita” e moderna, em detrimento da relação cotidiana dos sujeitos com os seus lugares de vida.

*Palavras-chave:* Manaus. Política de Embelezamento. Igarapés. Paisagem. Lugar.

## *Abstract*

The aim of this paper is to discuss how urbanization policies of the creeks have been going on

<sup>1</sup> O artigo é parte da pesquisa de iniciação científica “Reconstruindo uma identidade com o lugar: Os removidos dos igarapés em Manaus” desenvolvida no período de 2007 a 2008 com o apoio do CNPq.

<sup>2</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGGEOG/ UFAM e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira- NEPECAB/ UFAM. junior.wrc@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Geografia pela UFAM. Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo, e Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEOG/ UFAM. ab.nogueira@uol.com.br

in Manaus as heritage of economic models and governmental management practices since the nineteenth century, showing how these transformations reshape the relationship between man and environment. The time frame of this analysis covers the period from 1892 to 2008 whose transformations have been engendered in the Manaus urban watersheds through interventions of “sanitation policies” by municipal or state government. In this sense, we analyze critically the continuities of these interventions in the landscape in Manaus, as well as the discontinuities in the construction of spatiality, taking into account the environmental, social, economic and cultural aspects. The interventions carried out in urban streams of Manaus have been occurring since the administration of Eduardo Gonçalves Ribeiro, president of the province of Amazonas (1892-1896), and have been guided by the removal of many families in the vicinity of the creeks that intersect the historical center of Manaus as well as in channeling of creeks and compaction on the banks or landfill full of these watercourses. The biggest concern of public power has been put into effect policy of urbanization directed to the construction of a aesthetically “beautiful” and modern Manaus, at the expense of everyday relationship of population with their places of life.

*Keywords:* Manaus. Grooming Policies. Creeks. Landscape. Place.

O “divisor de águas” entre a administração do Presidente da Província do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), e o governo de Eduardo Braga, tem pouco mais de um século. Enquanto o primeiro viveu num tempo impregnado de *ares* de beleza, progresso e civilização, quando a modernidade imprimiu as suas marcas na paisagem de Manaus, considerada àquela época a “Paris dos Trópicos”, o outro vive a Manaus da Zona Franca, das novas tecnologias, onde as cidades reproduzem uma lógica globalizada pautada no desenvolvimento industrial. Apesar dessas diferenças, ambos pensaram a cidade para o Outro.

Eduardo Gonçalves Ribeiro propôs construir a cidade mais “bela” e urbanizada. Programou, entre outros aspectos, uma administração tecnocrática no intuito de “vencer” os igarapés e colocar Manaus como uma das capitais da modernidade, ideal este também almejado

pelos governos posteriores. No intuito de melhorar a aparência da orla de Manaus para atender, por conseguinte, aos ideais do Parque Industrial de Manaus em 1967, o governador do Amazonas naquela época, Arthur Reis, removeu os moradores da Cidade Flutuante, um povoamento típico sobre as águas do Rio Negro, defronte à cidade de Manaus.

Embelezar os lugares aquosos tornou-se, entre outros aspectos, meta das administrações públicas ao longo da história de Manaus. Em 1997, uma das “bandeiras” do prefeito de Manaus, Alfredo Nascimento, foi o embelezamento da cidade. Elaborou-se o projeto “Nova Veneza” com o objetivo de intervir no igarapé de Manaus, localizado no centro histórico da cidade. Esse projeto, porém, não foi totalmente efetivado, sendo retomado e ampliado a partir de 2005 pelo governador Eduardo Braga, sob fóruns de PROSAMIM – Programa

Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.

A discussão aqui intitulada “A *requalificação ambiental* dos igarapés de Manaus (2005-2008): um *continuum* das políticas de embelezamento do século XIX?” vem analisar uma Manaus que teve a sua paisagem natural alterada para atender aos anseios da modernidade. Essa transformação foi intensa com Eduardo Gonçalves Ribeiro que implementou projetos urbanísticos ambiciosos, recorrendo ao padrões urbanísticos europeus daquela época. Adotou o estilo tabuleiro de xadrez<sup>4</sup>, aterrou igarapés que até então representavam barreiras à expansão urbana de Manaus e os transformou em ruas, avenidas e até praças.

O objetivo do presente artigo é de discutir como as políticas de urbanização dos igarapés de Manaus vêm se processando no intervalo de mais de cem anos (1892 a 2008) como “herança” dos modelos econômicos e das administrações públicas que se sucedem, apontando as conseqüências das similaridades entre estas mudanças na relação homem-ambiente.

### **A cidade em diferentes tempos: as intervenções urbanas nos igarapés de Manaus**

Com as intervenções urbanas implementadas pelo prefeito Haussman em Paris no século XIX, a capital francesa

seria denominada, devido ao seu modelo urbanístico invejável com bulevares, ruas e avenidas largas e arborizadas, além de praças com chafarizes, como a “capital” mundial do urbanismo moderno<sup>5</sup>. Essa concepção de se planejar as cidades se difundiu pelo mundo, criando-se estereótipos, sobretudo, da capital francesa. Inúmeros lugares tiveram que rapidamente “negar” a si, as suas características que lhes tornavam lugares singulares, para se inserirem nos moldes daquele urbanismo remodelador de costumes, modos de vida e patrimônios naturais<sup>6</sup>.

Manaus tem sido um destes lugares. Entrecortada por extensa rede de drenagem composta por “cursos d’água amazônicos de primeira ou segunda ordem, componentes primários de tributação de rios pequenos, médios e grandes”, encravados em terrenos datados do terciário com profundidade entre sete e doze metros<sup>7</sup>, Manaus teve que passar por intenso processo de transformação de seus igarapés para atender aos anseios da modernidade e do progresso. Aterrizar, canalizar e transformar igarapés em ruas,

<sup>4</sup> MESQUITA, Ottoni Moreira de. *MANAUS: História e Arquitetura--1852- 1910*. 3.ed. Manaus: Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006. p.141- 203.

<sup>5</sup> PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, H. (Org.). *Cidades Capitais do século XIX*. Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. p.65-102.

<sup>6</sup> LEPETIT, Bernard. Das Capitais às Praças Centrais- Mobilidade e Centralidade no Pensamento Econômico Francês. In: ANGOTTI-SALGUEIRO, H. (Org.). *Cidades Capitais do século XIX*. Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. p.41-64.

<sup>7</sup> AB’SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 15, São Paulo, out/1953. p.18-45.

avenidas e praças têm se constituído ao longo dos séculos XIX, XX e, adentrando, o XXI na bandeira do poder público aliada às preocupações estéticas.

Nesse sentido, a raiz das intervenções urbanas que atualmente se processam em torno das paisagens de Manaus é datada do século XIX. Trata-se do período em que esta cidade possuía incipiente quadro de serviços e equipamentos urbanos sobre terreno com topografia

irregular e entrecortado por igarapés, conforme a observou o naturalista Alfred Wallace em 1849<sup>8</sup>. Uma cidade que, portanto, carecia de melhoramentos urbanos, cuja política de saneamento urbano, pautada na idéia de embelezamento, começou a ser delineada por volta de 1852, em decorrência da elaboração da planta croquis da capital amazonense (**Figura 01**) pelo Presidente da Província João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

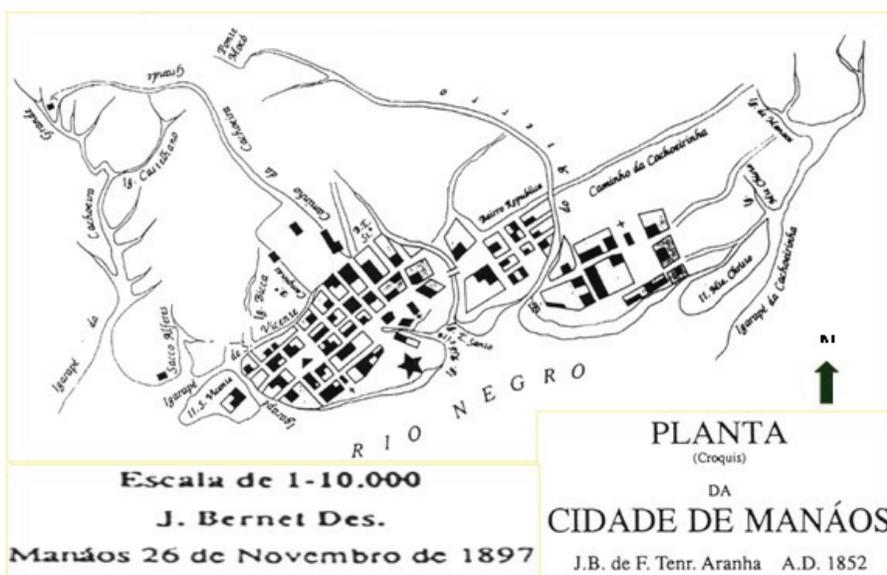


Figura 01: Planta croquis de Manaus (1852), administração de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

Fonte: Artemisia Valle (1999).

Na planta croquis, os igarapés apresentam-se como nítidos obstáculos à expansão da malha urbana da cidade. As ruas e suas respectivas edificações acompanhavam a subida e descida das ondulações do terreno. Acrescidas a estas, delineavam-se as sinuosidades dos igarapés.

Assim, os bairros como Remédios, República, Espírito Santo, Campinas e Ilha de São Vicente eram separados pelos igarapés de São Vicente, da Ribeira, do Espírito Santo e do Aterro<sup>9</sup> que, posteriormente, desapareceriam da paisagem de Manaus.

<sup>8</sup> MESQUITA, op. cit.

<sup>9</sup> MESQUITA, op. cit.

Os igarapés indicavam os caminhos da floresta adentro (porção norte) para a expansão urbana de Manaus, enquanto impossibilitavam tal crescimento para as porções leste e oeste<sup>10</sup>. O novo conteúdo da cidade no século XIX era a circulação o que seria atingida<sup>11</sup>, por conseguinte, permitindo a expansão da cidade a partir da implementação das pontes, os vetores de expansão urbana<sup>12</sup> em detrimento dos igarapés.

Além dessas mudanças, no plano jurídico mediante à criação dos códigos de posturas municipais, foram legitimadas várias restrições ao usufruto das águas destes cursos d'água. Por volta de 1868, na administração de Jacintho Pereira Rêgo, criava-se o código de posturas da cidade, proibindo-se a retirada da água de igarapés pela população para atender as suas necessidades diárias<sup>13</sup>.

Mas as intervenções nos igarapés de Manaus só tornaram-se possíveis com o período áureo da borracha, em fins do século XIX, quando se procurou fazer de Manaus uma “Paris dos Trópicos”. De 1892 a 1900, no glamouroso período co-

nhecido como a *Belle Époque*, Manaus passou por profundas transformações em seu terreno. Com Eduardo Ribeiro na presidência da Província do Amazonas, tornou-se possível, mediante os montantes de capital gerados com o ciclo econômico da borracha, a efetivação de projetos urbanísticos<sup>14</sup>. Assim, entre outros objetivos, visava-se ultrapassar os acidentes geográficos, entre os quais estavam os igarapés, vistos desde as primeiras administrações provinciais como empecilhos ao crescimento urbano de Manaus.

Eduardo Ribeiro lançou-se na empreitada de estabelecer uma Manaus conforme os padrões europeus de civilização. Implementando ainda o modelo tabuleiro de xadrez<sup>15</sup> (**Figura 02**), aterrou, canalizou e transformou alguns igarapés da área central em ruas, avenidas e praças. Artemisia Valle<sup>16</sup> destaca os igarapés que, localizados no centro histórico de Manaus, sofreram profundas transformações até seu total desaparecimento: Igarapé da Bica do Monte Cristo que, conhecido como igarapé Monte Cristo, localizava-se entre as ruas Izabel e Pedro Botelho, do qual restou apenas um pequeno trecho; Igarapé do Aterro ou Remédios, aterrado e transformado nas Avenidas Getúlio Vargas e Floriano Peixoto; Igarapé do Espírito Santo, aterrado para a criação da avenida hoje intitulada Eduardo Ribeiro; Igarapé das Ribeiras das Nauss, totalmente aterrado onde hoje se localiza a praça 15 de Novembro e a rua Tamandaré.

<sup>10</sup> VALLE, Artemisia. *Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental*. 1999. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

<sup>11</sup> VALLE, op. cit.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, Governo do Estado do Amazonas, EDUA, 2003. 176 p.

<sup>13</sup> VALLE, Artemisia Souza do; OLIVEIRA, José Aldemir de. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos Igarapés. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. *et al.* (Org.). *Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: EDUA, 2003.p. 151-184.

<sup>14</sup> MESQUITA, op. cit.

<sup>15</sup> MESQUITA, op. cit.

<sup>16</sup> VALLE, op. cit.



Figura 02: Carta Cadastral de Manaus (governo de Eduardo Ribeiro) com ênfase para o modelo tabuleiro de xadrez da estrutura urbana da cidade.

Fonte: Artemisia Valle (1999).

Sobre os igarapés não aterrados, por terem vazões fluviais elevadas como o de Manaus, Bittencourt, Mestre Chico e Cachoeira Grande, foram construídas, respectivamente, as pontes de ferro Romana I e II, Benjamin Constant (ambas interligando atual Avenida Sete de Setembro no centro histórico) e de Flores (interligando atual Avenida Constantino

Nery) que, além de possibilitarem a expansão da cidade para as porções leste e oeste, também se incluía na política de embelezamento<sup>17</sup>.

Construir uma cidade bela consistiu para Eduardo Ribeiro atrair investidores estrangeiros e mão-de-obra para a economia do látex. Nesse sentido, fez-

<sup>17</sup> MESQUITA, op. cit.

-se necessária a remoção de pessoas das margens de igarapés para os lugares mais distantes da área central para satisfazer aos interesses da elite do látex. Criava-se assim uma “cidade do fausto” que compreendia uma “maquiagem” visando esconder a sociedade excludente dos menos favorecidos financeiramente, oriundos do ciclo da borracha<sup>18</sup>.

Além da questão estética e implícita nesta, houve certa preocupação com a saúde da população local, tendo-se iniciado, no governo de Fileto Pires Ferreira (1896-1900), o aterro de igarapés de onde irradiava o mosquito da febre palustre. Essas obras trouxeram, conseqüentemente, danos ambientais na medida em que grande quantidade de solo era escavada da área do centro histórico da cidade para o aterro dos canais. As águas pluviais não escoavam e tampouco desaguavam no rio, formando-se os pântanos. Começaram a surgir críticas às políticas de intervenções, pois como acentuou o médico Hermenegildo de Campos tais medidas acarretavam desequilíbrios ambientais<sup>19</sup>.

Assim, a modernidade era traduzida na cidade pela substituição da madeira pelo ferro, do igarapé pela avenida e, entre outras, da palha pela telha<sup>20</sup>. Nem mesmo as residências às margens do igarapé Manaus foram intactas a estas mudanças. As transformações foram dessa forma tão intensas nos aspectos sociais,

econômicos, ambientais e culturais que “Manaus, a partir dos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX, não era mais a cidade observada por Bates, em 1850; Avé-Lallemant, em 1859; e Agassiz em 1865. Antes do apogeu da borracha, na área central de Manaus, conviviam ricos e pobres, brancos, índios, mamelucos e mestiços”<sup>21</sup>.

Na primeira década do século XX, quando a Ásia assume a primeira posição no cenário mundial da exportação do látex, a economia gomífera em Manaus passa a entrar em colapso. A escassez de recursos financeiros nos cofres públicos tornou inviável a efetivação de dispendiosos projetos de intervenções urbanas, como aqueles do período da administração de Eduardo Ribeiro em fins do século XIX.

Desses projetos não implementados, merece destaque a planta de embelezamento do igarapé de Manaus (**Figura 03**) que, elaborada pelos ingleses para 1906, consistia na “conservação do igarapé canalizando-o, arborizando e ajardinando um raio de 100 metros no fim dos quais seria construída uma via paralela ao igarapé e só a partir da parte posterior dessa via seria permitida a construção de casas”<sup>22</sup>.

José Aldemir de Oliveira<sup>23</sup> argumenta que não são os aspectos naturais da cidade que a ela dão forma, mas é a partir das relações sociais que a mesma tem uma existência real. Com isso, o au-

<sup>18</sup> DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890- 1920*. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

<sup>19</sup> VALLE & OLIVEIRA, op. cit.

<sup>20</sup> DIAS, op. cit.

<sup>21</sup> DIAS, op. cit., p.27.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.33.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, op.cit.

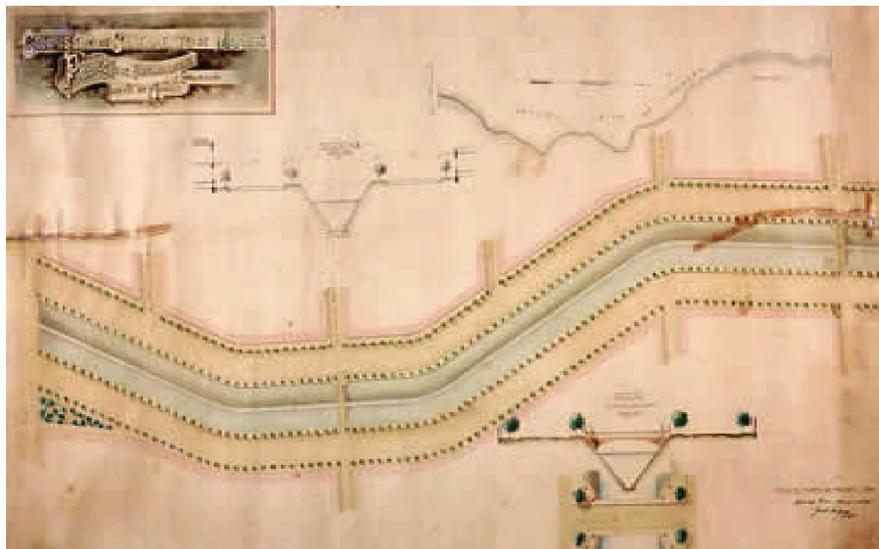


Figura 03: Planta de embelezamento do Igarapé de Manaus (1906).

Fonte: Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em:

<[http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/materiais\\_especiais](http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/materiais_especiais)> Acesso em: Jan. 2008.

tor destaca que são os segmentos mais pobres que residem nas margens dos igarapés, enquanto que os mais abastados habitam as áreas de terra firme. Essa abordagem define o espaço urbano de Manaus como fruto das relações sociais de produção engendradas no seio do modo de produção capitalista.

Contudo, é importante frisar que não foi somente a falta de opção por moradia que levou as pessoas a ocuparem as margens dos canais fluviais urbanos. Agregada às questões financeiras, em alguns casos, há uma relação simbólica trazida pelas pessoas vindas de outros lugares. Por outro lado, existem aqueles que já moravam em vias públicas próximas dos igarapés e depois foram morar próximo a estes lugares. Em outras palavras, parte das pessoas reside próximo

aos igarapés devido à identidade que elas desenvolveram com outros lugares e com o entorno, sendo mediada tanto pela relação intencional (proximidade com o trabalho e escola, por exemplo) quanto intersubjetiva (moram próximo aos parentes, amigos, enfim, conhecidos).

A criação da Zona Franca de Manaus a partir do decreto-lei n.º 288, de 28 de Fevereiro de 1967<sup>24</sup> imprimiria rumos outros à cidade de Manaus. Mas, antes havia a necessidade, sob o ponto de vista do poder público, de oferecer uma boa aparência à cidade de Manaus. Por volta de 1965, foi a orla de Manaus que passou a incomodar as classes abastadas devido à aparência indesejável emprestada pela “Cidade Flutuante”, um povoamento sobre as águas do rio Negro defronte à Ma-

<sup>24</sup> OLIVEIRA, op.cit.

naus (**Figura 04 e 05**). Passou-se a reforçar o discurso de remoção das famílias residentes nos flutuantes.

Porém, parte da população era composta por funcionários públicos que tinha os seus lugares de trabalho próxi-

mos às moradias, ou melhor, 22, 2% dessas pessoas “alegaram facilidade de vida [tudo é perto e não se paga nada]” como o principal motivo de terem ido morar nos flutuantes. João Ribeiro Guimarães, um dos atuantes diretos no processo de



Figura 04: Vista aérea da “Cidade Flutuante” (1960). Fonte: Michiles (2005, p.279).

extinção dos flutuantes, destacou que “a cidade flutuante surgiu por falta de habitação em Manaus [...]”, reconhecendo, todavia, que “a causa mais importante eram as facilidades, perto do centro, perto do mercado [...]”<sup>25</sup>.

Assim, as pessoas utilizavam o “próximo” e o “distante” para designarem a distância com o entorno e não as distâncias metrificadas, já que estas

“não são [...] experimentadas como quantidade, mas simplesmente como

<sup>25</sup> SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p.74

<sup>26</sup> UAN (1978; 1983). In: HOLZER, Werther. *O lugar na Geografia Humanista. Território*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 67-78, jul./ dez. 1999.p.73.



Figura 05: O cotidiano na “Cidade Flutuante”(1960). Fonte: Michiles (2005, p.278).

a qualidade de se estar perto ou longe de algo”<sup>26</sup>. O estar “perto” ou “longe” demonstra como os lugares eram vividos e percebidos pelos moradores da “Cidade Flutuante”. Esse povoamento, teve sua origem relacionada à proximidade com os lugares de trabalho informais ou não<sup>27</sup>, o que permitiu às pessoas um enraizamento com os flutuantes, embora estes emprestassem a Manaus uma aparência “feia e mal-cheirosa”.

Antes da administração de Arthur César Ferreira Reis, o governador Gilberto Mestrinho, ao propor “melhorias” para a população dos flutuantes, não se absteve em comparar o “problema” daquelas moradias ao das

favelas cariocas: “Não há pois, como fugir a gravidade da questão, tornando-se claro a necessidade de construção das referidas habitações, objeto pedido, como primeira providência para resolver tal problema, similar ao das favelas cariocas”<sup>28</sup>.

Além dos anseios governamentais em extinguir os flutuantes, estavam as ações da Capitania dos Portos para proibir tanto os reparos nos flutuantes quanto a construção de outros, afetando o mercado imobiliário destas habitações. Sucessor de Gilberto Mestrinho, Arthur Reis reforçou a idéia de remoção dos flutuantes, camuflando parte do discurso de seu antecessor (Gilberto Mestrinho) no

<sup>27</sup> SALAZAR, op.cit.

<sup>28</sup> MESTRINHO (1961) In: SALAZAR, op. cit, p. 78 (grifos do autor).

Plano Biental empreendido para o período 1965-1966 <sup>29</sup>.

A questão estética foi o que realmente motivou a proposta de remoção dos flutuantes: “a única preocupação era de dar melhor aparência à entrada da cidade, que [...] fazia parte do [...] centro turístico de compras de artigos estrangeiros, a Zona Franca de Manaus.” Nesse sentido, “não era mais a segurança da população que estava em jogo, mas a segurança dos transatlânticos que logo aportariam, trazendo centenas de turistas que não poderiam presenciar [...] a existência de uma população miserável” <sup>30</sup>. Mas, muitos turistas já vinham bem antes da pretensão de retirada dos flutuantes, por curiosidade, conhecer este tipo de povoamento sobre as águas.

Todavia, para além de uma mera “mancha social” e atraso cultural como foi concebida tanto pelo poder público quanto pela mídia, a Cidade Flutuante foi o *locus* das relações intersubjetivas e intencionais do homem amazônico<sup>31</sup>. Equivaleu ao lugar da vida cotidiana e do reconhecimento das pessoas que fincou nela suas bases de reprodução da vida tendo como reconhecimento o espaço e o tempo socialmente vividos e (re)construídos. Os moradores dos flutuantes tinham, portanto, um lugar de existência cotidiana. Percebiam e viviam intensa-

mente os lugares que não foram apenas reflexo de uma sociedade desigual, mas também foram construídos pela identidade das pessoas com o entorno da área central.

### **De “Paris dos Trópicos” a “Nova Veneza”: Projeto “Nova Veneza” e PROSAMIM, e a “requalificação ambiental” dos igarapés de Manaus**

A expressão “Nova Veneza” do projeto de intervenção nos igarapés de Manaus, elaborado pela Prefeitura de Manaus em 1997, alude possivelmente à semelhança entre Veneza e Manaus, por serem cidades que têm em comum extensa rede de drenagem, e repleta de edificações, entrecortando os seus espaços intra-urbanos. Mesmo a “Cidade Flutuante”, anteriormente discutida, com sua “má fama [feia e mal-cheirosa], havia quem a comparasse com Veneza. Das muitas cidades existentes, Manaus possuía a sua [Cidade Flutuante], feita sobre as águas, caracterizando uma espécie de Veneza dos Trópicos” <sup>32</sup>.

O Projeto “Nova Veneza” que não chegou a ser concretizado, seria efetivado em duas fases. Na primeira o objetivo era melhorar a infra-estrutura viária, com obras de terraplanagem, pavimentação

<sup>29</sup> SALAZAR, op. cit.

<sup>30</sup> SALAZAR, op. cit, p. 88.

<sup>31</sup> MICHILES, Aurélio. O quintal da minha casa. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24093.pdf>> Acesso em 11 de Dez. 2007.

<sup>32</sup> AGUIAR (2002) In: ALMEIDA, Larissa Christine Melo de. *Habitabilidade na cidade sobre as águas: desafios da implantação de infra-estrutura de saneamento nas palafitas do igarapé do Quarenta- bairro Japiim- Manaus/ Am. 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p.77.*

ção e macrodrenagem. A segunda fase visava à construção de 1.120 unidades habitacionais, distribuídas em pelo menos setenta blocos de apartamentos, entre a Rua Ipixuna e Avenida 7 de Setembro no Centro de Manaus, para as quais deveriam ser remanejadas as famílias que moravam próximas aos igarapés. Os custos estimados eram de R\$ 35.633.576,37 para as duas fases<sup>33</sup>.

A esperança dos moradores inseridos no Projeto “Nova Veneza” traduzia-se na busca por melhorias como, por exemplo, abastecimento de água e esgoto sanitário. Se o projeto tivesse sido cumprido, muitas famílias teriam sido removidas involuntariamente, devido à relação existencial desenvolvida com o centro histórico de Manaus. Por outro lado, havia moradores que, por terem desenvolvido uma identidade com o lugar, reivindicavam por melhorias desde que fossem realizadas onde residiam, sem que fossem removidos.

Quanto à remoção dos moradores, o “Nova Veneza” apresentava duas propostas: (1) indenização e (2) reassentamento das famílias em áreas próximas às antigas moradias<sup>34</sup>. A última proposta é semelhante ao que o atual projeto em execução (PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus) vem efetivando à medida que as unidades habitacionais estão sendo construídas no centro histórico, entre as Ruas Ramos Ferreira e Ipixuna, ao passo que as obras

já foram concluídas entre a Rua Tarumã, Avenida Leonardo Malcher e Ramos Ferreira, também localizadas na área central.

Contudo, em virtude da não existência de espaço suficiente naquelas localidades, para lá tornou-se inviável o remanejamento de todas as pessoas. A “solução” consistiu na indenização, levando as pessoas a procurarem novas moradias em outros bairros. Esse fato provocou nos moradores certa decepção como é possível perceber no relato de uma removida que disse o seguinte, sobre o “Nova Veneza”: “a primeira proposta dele [Projeto “Nova Veneza”] era que eles iam tirar o pessoal de lá e iam fazer os apartamentos lá mesmo. Já ficar uma maravilha, aí foi modificando [o referido Projeto] [...] Vimos parar aqui [unidade habitacional em área relativamente distante da antiga moradia]”<sup>35</sup>.

Outra moradora também deixa claro que o “Nova Veneza” foi remodelado, tornando-se PROSAMIM. Além de Z.L., a senhora M.E. relatou que as moradias deveriam ser construídas pelo primeiro projeto “lá mesmo, onde nós morávamos. Mas, mudou tudo. Era pra ser assim: fazer o canal do igarapé, mas [com] os apartamentos tudo lá, nos lugar onde eram as casas da gente”<sup>36</sup>.

A senhora L.S. também compara como seria o Projeto “Nova Veneza”, fornecendo detalhes de que existe uma

<sup>33</sup> VALLE, op. cit.

<sup>34</sup> VALLE, op. cit.

<sup>35</sup> Z.L.. *Os removidos dos igarapés em Manaus*. Manaus, Jan.2008. Entrevista concedida a Waldemir Rodrigues Costa Júnior.

<sup>36</sup> M.E.. *Os removidos dos igarapés em Manaus*. Manaus, Jan.2008. Entrevista concedida a Waldemir Rodrigues Costa Júnior.

semelhança entre esse Projeto e o PRO-SAMIM, embora não soubesse de qual governo era a autoria da primeira proposta. O governador Eduardo Braga “foi além porque foi dois governos né? oito anos. Aí deu tempo de ele repensar porque o projeto era “Nova Veneza”. [...] Foi diferente, ele mudou alguma coisa [que foi de] fazer moradia [...]”.<sup>37</sup>

O que se pode verificar é que o PRO-SAMIM constitui-se numa inovação da política de embelezamento precedente

em Manaus. Portanto, o Projeto “Nova Veneza” teria ganhado recentemente uma nova “roupagem” com o nome PROSAMIM, já que as duas propostas têm em comum: canalização dos igarapés, construção de galerias (estruturas subterrâneas em concreto armado para esgoto sanitário) e unidades habitacionais (**Figuras 06 e 07**). Trata-se, em última instância, de características que são semelhantes às intervenções urbanas efetivadas por Eduardo Ribeiro (século



Figura 06: Trecho do igarapé de Manaus (Centro) canalizado e com margens aterradas/compactadas entre a Avenida 7 de Setembro e igarapé Bittencourt. Fonte: Waldemir Costa Júnior, 2007.

XIX) nos igarapés que, como destacado anteriormente, desapareceram da paisagem de Manaus.

Contudo, a diferença entre o “Nova Veneza” diz respeito às escalas de área de

abrangência, serviços implementados, recursos financeiros envolvidos e quantitativo de famílias removidas das proximidades de igarapés denominados como Manaus, Mestre Chico, Bittencourt,



Figura 07: Trecho do igarapé Manaus (Centro) canalizado e aterrado entre as Av. Tarumã e Leonardo Malcher, no qual foram construídas as unidades habitacionais. Fonte: Waldemir Costa Júnior, 2007.

Quarenta, Cachoeirinha, Franceses e Passarinho.

O PROSAMIM tem buscado, entre outros objetivos, melhorar a vida das pessoas tanto inseridas nos canais dos igarapés quanto residentes nas proximidades destes. Estimava-se que o Programa, na sua primeira fase (2005-2008), contemplaria diretamente cerca de vinte e uma mil famílias totalizando cento e cinco mil pessoas. Os gastos financeiros totais foram previstos em duzentos milhões de dólares, sendo sessenta milhões deste montante oriundos dos cofres do Governo do Estado do Amazonas e o res-

tante (cento e quarenta milhões de dólares) proveniente do BID – Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

Todavia, tal Programa tem considerado as histórias de vida das pessoas com os seus lugares no processo de “requalificação ambiental” dos igarapés. Grande parte das famílias residentes às margens desses cursos d’água no bairro do centro histórico estava sendo reassentada em áreas demasiadamente distantes como, por exemplo, nos Conjuntos Nova Cidade e João Paulo II, ambos localizados na zona norte de Manaus, dada a falta de espaços suficientes na área central para o reassentamento das famílias. Removê-las para distante de suas antigas moradias, tem sido outra característica

<sup>37</sup> L.S. *Os moradores a serem removidos dos igarapés em Manaus*. Manaus, Dez.2007. Entrevista concedida a Waldemir Rodrigues Costa Júnior.

em comum entre as políticas de urbanização do então governador Eduardo Braga e do ex-governante, Eduardo Ribeiro.

Uma moradora deixa claro que possivelmente o PROSAMIM esteja dando continuidade a satisfação desses interesses burgueses: “[...] a gente ouviu até umas histórias meio cabeludas e absurdas que o dono dessa faculdade [Uninorte] quer nos retirar daqui. Se o PROSAMIM não nos retirar, ele [o proprietário] vai nos retirar porque ele não quer nenhum baraco na frente da Faculdade dele [...]”<sup>38</sup>.

Os removidos dos igarapés, em grande maioria, estão optando pelo bônus moradia no valor de vinte e um mil reais, uma das formas de “indenização” oferecidas pelo PROSAMIM aos moradores listados para serem removidos. Contudo, o dinheiro é insuficiente para

que estas pessoas consigam comprar uma casa lá mesmo na área central, pois as casas em venda no mercado imobiliário ultrapassam em mais de dez vezes o valor do bônus. Os únicos lugares nos quais as casas têm valores compatíveis com o do bônus são os bairros mais distantes do centro histórico, localizados na periferia de Manaus como a zona leste.

Além disso, o PROSAMIM tem construído os Parques Habitacionais (lugares de reassentamento dos moradores) com casas no estilo duplex, terminando por inserir as famílias numa área com arquitetura padronizada e sem quintais. As residências em muito se assemelham às casas que foram construídas na cidade de Belém do Pará pelo Projeto Vila Nova da Barca (**Figuras 08 e 09**) que também tem removido inúmeras famílias das mar-

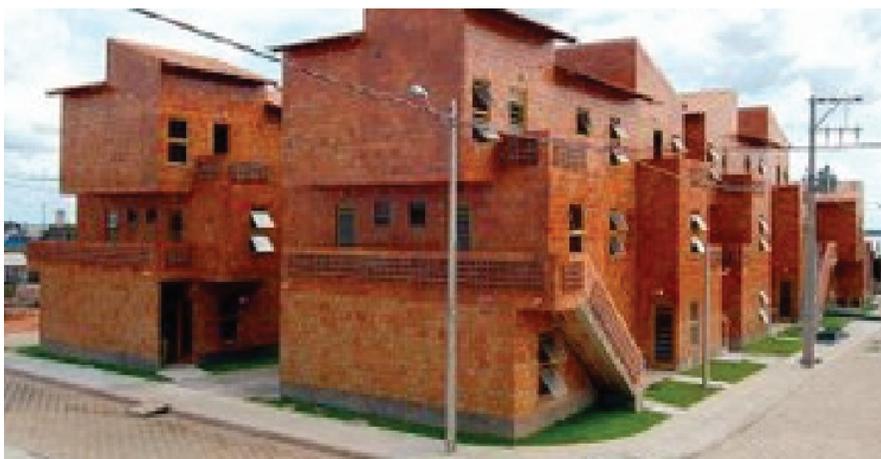


Figura 08: Vila Nova da Barca-Belém/ PA. Fonte: Waldemir Costa Júnior, 2008.

gens de igarapés desconsiderando o lugar enquanto história de vida das pessoas.

Em se tratando das questões ambientais, em outro estudo sobre as intervenções do PROSAMIM no igarapé da

<sup>38</sup> A.A.O.. *Os removidos dos igarapés em Manaus*. Manaus, Dez.2007. Entrevista concedida a Wal-

demir Rodrigues Costa Júnior.



Figura 09: Visão geral das unidades habitacionais do PROSAMIM no bairro do Centro.  
Fonte: Waldemir Costa Júnior, 2007.

Cachoeirinha em Manaus, apontaram-se alterações no eixo do canal como o desvio do curso d'água, canalização, retilinização e retirada da rugosidade do canal<sup>39</sup>. Tem-se removido, primeiramente, as famílias das margens, para em seguida se retirar toda a matéria orgânica do canal<sup>40</sup>. Procede-se depois às obras de terraplanagem que consiste no processo de distribuição e compactação de solos argilo-arenosos (textura média ou supe-

rior) na área escavada. Trata-se de solos criados sobre os quais têm sido construídos os eixos viários.

O processo de aterro e compactação das margens do igarapé compuseram um conjunto de transformações do canal original que era desviado para se adequar às vias públicas previstas pelo Programa. Antes das intervenções do PROSAMIM o eixo do igarapé era sinuoso, o qual já se encontra deslocado, uma vez que após ter sido retilinizado, foi canalizado para conter a vazão das águas, cuja velocidade é aumentada, carreando sedimentos e depositando-os no seu curso d'água superior, o igarapé do Quarenta <sup>41</sup>.

<sup>39</sup> COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues; CASSIANO, Karla Regina Mendes; MATOS, Luciana Lima de. Sustentável? As intervenções do PROSAMIM no igarapé da Cachoeirinha. In: *Anais do II Seminário de Ciências do Ambiente na Amazônia e III Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte*. Manaus, 2008.

<sup>40</sup> Superfície irregular da base da base do canal a partir da qual tem-se um controle sobre a velocidade das águas do canal.

<sup>41</sup> COSTA JÚNIOR, CASSIANO & MATOS, op. cit.

Por outro lado, suas margens sendo deslocadas e compactadas, tem ocasionado uma redução do índice de porosidade do solo, já que a densidade é elevada com a compactação do terreno. Com o índice de porosidade reduzido, logo o solo tem se tornado saturado dada a interferência no processo de infiltração da água pela superfície <sup>42</sup>.

Aterrados, canalizados e transformados em ruas, avenidas e praças. Este tem sido, em síntese, o resultado impresso às estradas fluviais da capital amazonense por um projeto modernizador que continua tomando como estandartes os ideais de beleza, progresso e civilização. Essas políticas vieram desde o período provincial, chegando a atual administração estadual, em novas roupagens, quando tem sido implementado o PROSAMIM. A remoção de pessoas das proximidades dos igarapés de Manaus pelo Programa tem quebrado a relação cotidiana e simbólica entre as pessoas e o entorno destes cursos d'água.

Os igarapés sempre marcaram a paisagem de Manaus, somando-se a sua topografia irregular. As histórias de vida no entorno desses lugares se fizeram também em virtude do simbolismo trazido pelas pessoas de outros rios, lagos ou igarapés de outras cidades ribeirinhas ou à beira rio do interior do Amazonas, pois há uma simbiose das pessoas com os cursos d'água na Amazônia<sup>43</sup>.

As experiências com os lugares poderiam subsidiar o planejamento urbano em busca da qualidade ambiental do entorno dos igarapés. Se o “problema” maior tem correspondido à poluição ou contaminação das águas destes canais devido o lançamento da rede de esgoto e de lixo, logo não é a remoção dessas pessoas que se entende como caminho para a requalificação ambiental. É preciso que se reconheça a “raiz” do “problema”, ou seja, a falta de conscientização ambiental, que é da sociedade como um todo, visto que a culpa da degradação ambiental não pode recair apenas sobre os pobres, quando se verifica áreas residenciais de médio a elevado poder aquisitivo em Manaus lançando sua rede de esgoto nos igarapés.

Essas famílias têm sido removidas como se elas fossem responsabilizadas pela degradação ambiental dos igarapés, quando na realidade parte delas encontra-se às margens da sociedade. Nesse sentido, sugere-se que a efetivação de políticas públicas em igarapés da cidade deve se dá considerando o entorno dos igarapés como lugar vivido, gerado pelas relações intersubjetivas e pelas aspirações das pessoas, além ainda do simbolismo que as mesmas trazem de outros lugares aquosos.

As obras de aterro dos igarapés, portanto, têm sido freqüentes ao longo da história de Manaus, sendo sucedidas de governo a governo. Nesse sentido, tem sido intensa ao longo de mais de cem anos em torno dos igarapés, copiando-se, para tanto, modelos de urbanização avessos

<sup>42</sup> COSTA JÚNIOR, CASSIANO & MATOS, op. cit.

<sup>43</sup> SANTIAGO, Socorro. *Uma poética das águas*. Manaus: Puxirum, 1986.

à realidade local em termos ambientais e culturais. Portanto, requalificar os igarapés e as áreas adjacentes a estes, não significa embelezá-los, visando-se passar uma aparência estética agradável da paisagem, como tem se verificado no equivocado lema “requalificação ambiental” do PROSAMIM. É preciso se pautar no conteúdo dos lugares, as bases de existência cotidiana, cujo verdadeiro conteúdo reflete a identidade das pessoas como um dos componentes fundamentais do tão mencionado bem estar social.

### Referências bibliográficas:

AB’SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 15, São Paulo, out/1953. p.18-45.

ALMEIDA, Larissa Christinne Melo de. *Habitabilidade na cidade sobre as águas: desafios da implantação de infra-estrutura de saneamento nas palafitas do igarapé do Quarenta - bairro Japiim- Manaus/ Am.* 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues. *Reconstruindo uma identidade com o lugar: os removidos dos igarapés em Manaus.* Manaus: UFAM/ CNPq, 2008. Relatório de pesquisa de iniciação científica. 89p.

COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues; CASSIANO, Karla Regina Mendes; MA-

TOS, Luciana Lima de. Sustentável? as intervenções do PROSAMIM no igarapé da Cachoeirinha. In: *Anais do II Seminário de Ciências do Ambiente na Amazônia e III Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte.* Manaus, 2008.

\_\_\_\_\_; LIMA, Susane Patrícia Melo de; ALVES, Juliana Araújo. Requalificação Urbanística: as intervenções nos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico. In: *Anais do II Seminário de Ciências do Ambiente na Amazônia e III Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte.* Manaus, 2008.

DIAS, Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890- 1920.* 2.ed. Manaus: Valer, 2007. 170 p.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. *Território*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 67-78, jul./ dez. 1999.

LEPETIT, Bernard. Das Capitais às Praças Centrais- Mobilidade e Centralidade no Pensamento Econômico Francês. In: AN-GOTTI- SALGUEIRO, H. (Org.). *Cidades Capitais do século XIX.* Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. p.41-64.

MESQUITA, Ottoni Moreira de. *Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910.* 3. ed. Manaus: Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006. p.141- 203.

MICHILES, Aurélio. O quintal da minha casa. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.

- 19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24093.pdf> Acesso em 11 de Dez. 2007.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, Governo do Estado do Amazonas, EdUA, 2003. 176 p.
- PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmanização. In: ANGOTTI- SALGUEIRO, H. (Org.). *Cidades Capitais do século XIX*. Racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. p.65-102.
- SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTIAGO, Socorro. *Uma poética das águas*. Manaus: Puxirum, 1986. 142p.
- VALLE, Artemisia Souza do. *Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental*. 1999. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente)- Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, José Aldemir de. A cidade de Manaus: análise da produção do espaço urbano a partir dos Igarapés. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. *et al.* (Org.). *Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: EDUA, 2003.p. 151-184.

Submetido em 28 de fevereiro, 2011.

Aprovado em 4 de março, 2011.

